

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## PROVAS OBJETIVAS

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### LÍNGUA PORTUGUESA

##### Texto CG1A1-I

1 No meio científico, é insuficiente — aliás, é  
perigoso — produzir apenas um grupo de profissionais  
pequeno, altamente competente e bem remunerado. Um esforço  
4 combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a  
ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros,  
programas de computadores, parques temáticos, salas de  
7 aula — deve pautar-se em quatro razões principais.

Mesmo que nem sempre possibilite ao cientista um  
bom emprego, a ciência pode ser o caminho propício para  
10 vencer a pobreza nas nações emergentes. Ela faz funcionar a  
economia e a civilização global.

A ciência nos alerta contra os perigos introduzidos por  
13 tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio  
ambiente de que nossas vidas dependem. Assim, a ciência  
providencia um sistema essencial de alerta antecipado.

16 A ciência nos esclarece sobre as questões mais  
profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa  
espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo. A longo prazo,  
19 a maior dívida da ciência talvez seja nos ensinar, de um modo  
ainda não superado por nenhum outro empenho humano,  
alguma coisa sobre nosso contexto cósmico, sobre o ponto do  
22 espaço e do tempo em que estamos, e sobre quem nós somos.

Os valores da ciência e os da democracia são  
concordantes, em muitos casos indistinguíveis. A ciência e a  
25 democracia começaram ao mesmo tempo e no mesmo lugar: na  
Grécia dos séculos VI e VII a.C. A ciência confere poder a  
qualquer um que se der ao trabalho de aprendê-la (embora  
28 muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir  
esse conhecimento). Ela se nutre do livre intercâmbio de ideias.  
Tanto a ciência quanto a democracia encorajam opiniões não  
31 convencionais e debate vigoroso. Ambas requerem raciocínio  
adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de  
evidência e honestidade.

34 Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um  
grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância,  
dedicação e coragem. Mas, se não praticarmos esses hábitos  
37 rigorosos de pensar, não poderemos ter esperança de  
solucionar os problemas verdadeiramente sérios que  
enfrentamos.

Carl Sagan. *Ciência e esperança*. In: *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58-9 (com adaptações).

##### QUESTÃO 1

Da leitura do texto CG1A1-I infere-se que

- Ⓐ a pobreza e o atraso das nações emergentes devem-se à falta de tecnologia.
- Ⓑ a ciência se desenvolveu devido ao advento da democracia na Grécia antiga, nos séculos VI e VII a.C.
- Ⓒ a ciência deve ser controlada por um pequeno e competente grupo de profissionais.
- Ⓓ a tecnologia, por seu largo alcance, alerta-nos contra futuros perigos.
- Ⓔ as descobertas e as formas de aprendizado da ciência devem ser amplamente divulgadas.

##### QUESTÃO 2

De acordo com o texto CG1A1-I, para a transmissão da ciência a todos os cidadãos é necessário

- Ⓐ relativizar o rigor científico diante das condições da população.
- Ⓑ encorajar as opiniões não convencionais e o debate.
- Ⓒ eliminar as possibilidades de mau emprego.
- Ⓓ afastar a aprendizagem da ciência de questões políticas.
- Ⓔ distinguir os tópicos científicos de questões da economia.

##### QUESTÃO 3

No último parágrafo do texto CG1A1-I, o autor afirma que “Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem” (l. 34 a 36). A afirmação “requer coragem” está baseada no argumento de que a ciência

- Ⓐ pode ser mal interpretada em nações emergentes, pobres e atrasadas.
- Ⓑ é desenvolvida no livre intercâmbio de ideias, em debates que envolvam opiniões que se opõem.
- Ⓒ pode ser perigosa se divulgar inverdades que prejudiquem a humanidade.
- Ⓓ exige métodos que se contrapõem aos valores da democracia.
- Ⓔ necessita de um grupo de profissionais altamente qualificados capaz de prevenir erros.

##### QUESTÃO 4

No texto CG1A1-I, o trecho “(embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento)” (l. 27 a 29) está entre parênteses, como um acréscimo, para indicar que

- Ⓐ as populações dos países emergentes não conseguem alcançar o necessário padrão de rigor para o acesso ao conhecimento.
- Ⓑ muitos indivíduos são impedidos, por razões políticas e econômicas, de ter acesso ao conhecimento produzido pela ciência.
- Ⓒ a população em geral historicamente tem demonstrado que não consegue se dedicar a adquirir novos conhecimentos.
- Ⓓ os padrões de evidência, honestidade e rigor não têm sido respeitados pela ciência.
- Ⓔ o acesso dos cidadãos ao conhecimento científico está fora da alçada da política democrática.

**QUESTÃO 5**

De acordo com as ideias do texto CG1A1-I, o conhecimento acerca do contexto cósmico e do ponto do espaço e do tempo em que o ser humano está pode ser alcançado pela divulgação em grande escala da

- I ciência.
- II tecnologia.
- III democracia.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 6**

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto CG1A1-I: “Um esforço combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula — deve pautar-se em quatro razões principais.” (l. 3 a 7). Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que mantém a correção gramatical e a coerência do trecho.

- A** Para expandir a ciência em um esforço combinado, o rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula baseiam-se em quatro razões principais.
- B** Para transmitir a ciência a todos os cidadãos, há quatro razões principais para um esforço combinado do rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula.
- C** Deve orientar-se por quatro razões principais um esforço combinado que vise transmitir a ciência a todos os cidadãos por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula.
- D** Existe quatro razões para um esforço combinado que vise transmitir a ciência à todos os cidadãos: por rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula.
- E** Para transmitir a ciência, a todos os cidadãos — por rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula, há quatro razões principais para um esforço combinado.

**QUESTÃO 7**

Na linha 14 do texto CG1A1-I, o termo “de que” poderia ser substituído, sem alteração da correção gramatical e dos sentidos do texto, por

- A** no qual.
- B** pelo qual.
- C** cujas.
- D** dos quais.
- E** do qual.

**QUESTÃO 8**

A correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1-I seriam mantidos caso o trecho “A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.” (l. 16 a 18) fosse reescrito da seguinte forma:

- A** As questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos de nossa espécie, da vida, de nosso planeta e do Universo nos são esclarecidas pela ciência.
- B** A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas, dos destinos, de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.
- C** A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos, assim como de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.
- D** A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo — das origens, das naturezas e dos destinos.
- E** As origens, as naturezas e os destinos de nossa espécie, da vida, de nosso planeta e do Universo são as questões mais profundas esclarecidas pela ciência.

**QUESTÃO 9**

No texto CG1A1-I, em “não poderemos ter esperança de solucionar os problemas verdadeiramente sérios” (l. 37 e 38), o trecho “de solucionar os problemas verdadeiramente sérios”

- A** exprime uma circunstância de modo para “poderemos ter”.
- B** exprime uma circunstância de modo para “ter esperança”.
- C** completa o sentido do termo abstrato “esperança”.
- D** completa o sentido da expressão “poderemos ter”.
- E** exprime uma circunstância de finalidade para “ter esperança”.

**QUESTÃO 10**

A correção gramatical do texto CG1A1-I seria mantida, ainda que seu sentido fosse alterado, caso se inserisse uma vírgula logo após

- A** “combinado” (l.4).
- B** “ambiente” (l.14).
- C** “superado” (l.20).
- D** “democracia” (l.30).
- E** “Ambas” (l.31).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### QUESTÃO 11

A secretaria de educação de um estado da Federação resolveu realizar licitação na modalidade convite com a finalidade de contratar empresa para a construção de novas escolas. Encerrada a licitação, com a habilitação das empresas e a classificação das propostas, o processo administrativo foi enviado ao secretário de educação do estado, autoridade competente para a aprovação do procedimento. Após examinar o processo, o secretário identificou que, devido ao valor da licitação, a modalidade juridicamente adequada seria a concorrência.

À luz da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei Estadual n.º 14.184/2002, a autoridade competente

- A** deverá revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, desde que a decisão não acarrete lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
- B** poderá anular a licitação por razões de ilegalidade, desde que provocada por alguma das empresas convidadas e assegurada a correspondente indenização pelos prejuízos causados.
- C** poderá revogar a licitação por razões de interesse público, desde que o fato superveniente identificado esteja comprovado no processo administrativo.
- D** deverá anular de ofício a licitação, por motivo de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- E** poderá optar pela convalidação da licitação para atender ao princípio da economicidade, desde que observado o prazo decadencial de três anos.

#### QUESTÃO 12

De acordo com a Lei Estadual n.º 869/1952, o ato pelo qual o servidor aposentado reingressa no serviço público, após verificação, em processo administrativo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria, denomina-se

- A** reversão.
- B** readaptação.
- C** transferência.
- D** reintegração.
- E** aproveitamento.

#### QUESTÃO 13

Maria, médica e servidora concursada da rede pública de saúde do estado de Minas Gerais, trabalhava em hospital localizado em Belo Horizonte. Após responder a processo administrativo disciplinar por inassiduidade, Maria foi punida pelo seu superior hierárquico, agente legalmente competente, com remoção para hospital público localizado na cidade de Juiz de Fora.

De acordo com a doutrina e a Lei Estadual n.º 869/1952, a punição aplicada a Maria configura

- A** legítimo exercício do poder de polícia, uma vez que a administração pública possui a prerrogativa de limitar direitos individuais para salvaguardar a ordem pública.
- B** legítimo exercício do poder disciplinar, uma vez que Maria violou o seu dever funcional de assiduidade.
- C** abuso de poder, na modalidade excesso de poder, uma vez que não foi respeitada a competência legalmente prevista para a aplicação da penalidade.
- D** legítimo exercício do poder hierárquico, uma vez que a relação de hierarquia pressupõe a competência do superior para aplicar aos subordinados penalidades, como a remoção.
- E** abuso de poder, na modalidade desvio de poder, uma vez que o ato administrativo de remoção foi praticado com finalidade diversa da prevista em lei.

#### QUESTÃO 14

O tribunal de contas de um estado, ao analisar as contas de determinado prefeito, verificou que houve gasto de recursos públicos com a elaboração de cartilhas escolares com nomes, símbolos e imagens que caracterizavam a promoção pessoal de autoridades públicas do município.

Nessa situação, a conduta do prefeito afrontou especialmente o princípio da

- A** boa-fé.
- B** razoabilidade.
- C** impessoalidade.
- D** economicidade.
- E** eficiência.

#### QUESTÃO 15

De acordo com a Lei n.º 13.303/2016, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, é a

- A** organização social.
- B** sociedade de economia mista.
- C** empresa pública.
- D** autarquia.
- E** fundação.

**QUESTÃO 16**

O governo do estado de Minas Gerais pretende celebrar parceria com determinada pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O ajuste administrativo envolve o repasse de recursos financeiros estaduais para a capacitação de professores da rede pública estadual.

No caso apresentado, para atrair o regime jurídico aplicável às OSCIP, o instrumento jurídico a ser celebrado entre as partes deverá ser o

- A termo de parceria.
- B contrato de direito privado.
- C convênio.
- D contrato de gestão.
- E contrato administrativo de concessão patrocinada.

**QUESTÃO 17**

Conforme a Lei n.º 8.666/1993, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de

- A optar pelo contrato verbal nos casos de serviços prestados de forma continuada.
- B rescindi-los, unilateralmente, no caso de a contratada paralisar a obra sem justo motivo e sem prévia comunicação à administração pública.
- C alterá-los, unilateralmente, para aumentar em mais de 50% o valor do contrato no caso de ser necessário ampliar a quantidade do objeto contratado.
- D aplicar a sanção de suspensão permanente de participação em licitações públicas à empresa contratada no caso de inexecução total do ajuste.
- E ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.

**QUESTÃO 18**

Determinado município pretende delegar, a título não precário, a prestação do serviço de transporte público municipal à iniciativa privada, admitindo a cobrança de tarifa do usuário. Após a realização do devido procedimento licitatório, foi escolhida a melhor proposta.

De acordo com a legislação pertinente, o instrumento jurídico a ser celebrado deverá ser o

- A contrato de autorização de serviço público.
- B contrato de concessão de serviço público.
- C contrato administrativo de empreitada integral.
- D contrato de concessão administrativa.
- E contrato de adesão de permissão de serviço público.

**QUESTÃO 19**

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, agente público que pratique dolosamente ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras, às penalidades de

- A detenção e ressarcimento integral do dano, no caso de utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do acervo patrimonial de autarquia estadual.
- B reclusão e pagamento de multa, no caso de omissão do dever de prestar contas.
- C suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, no caso de concessão indevida de benefício tributário.
- D ressarcimento integral do dano e perda da função pública, no caso de ordenação de despesas não autorizadas por lei.
- E perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e proibição de receber benefícios fiscais, no caso de ato que frustra a licitude de concurso público.

**QUESTÃO 20**

Compete aos tribunais de contas estaduais

- A exercer o controle interno do poder executivo estadual quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- B apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- C fiscalizar os recursos federais repassados pela União às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos localizadas no território estadual.
- D julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.
- E suspender, de forma cautelar e unilateral, a execução de contrato administrativo celebrado irregularmente por autarquia estadual.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 21**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- A a utilização de organização paramilitar.
- B a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- C a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- D a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.
- E a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

**QUESTÃO 22**

A capacidade eleitoral ativa é inviabilizada pela

- A inalistabilidade.
- B incompatibilidade.
- C inelegibilidade funcional.
- D descompatibilização.
- E inelegibilidade relativa reflexiva.

**QUESTÃO 23**

A Constituição Federal de 1988 dispõe que são bens da União

- A as águas superficiais fluentes.
- B as águas subterrâneas em depósito.
- C as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.
- D as ilhas fluviais e lacustres.
- E as ilhas oceânicas e costeiras.

**QUESTÃO 24**

Determinado estado-membro se desfez de parte de seu território, e a população ali residente foi unida a outro estado-membro, sem que aquele perdesse a sua identidade originária.

Nessa situação, ocorreu a modalidade de formação de estados federados denominada

- A incorporação.
- B subdivisão.
- C desmembramento por anexação.
- D desmembramento por formação.
- E fusão.

**QUESTÃO 25**

O tribunal de contas estadual poderá recomendar a intervenção do estado em município caso

- A o prefeito apresente as contas após o prazo determinado em lei.
- B não tenha sido aplicado o mínimo da receita municipal para a manutenção da segurança pública.
- C o ente municipal deixe de pagar, por um ano, a dívida fundada.
- D haja indícios da prática de ato de improbidade pelo prefeito.
- E não tenha sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

**QUESTÃO 26**

A Constituição Federal de 1988 veda expressamente a edição de medida provisória que

- A verse sobre a seguridade social.
- B trate das diretrizes e bases da educação nacional.
- C regulamente a concessão de serviços locais de gás canalizado.
- D implique a instituição ou majoração de impostos.
- E regulamente o regime de portos e a navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

**QUESTÃO 27**

No auxílio a comissão parlamentar de inquérito, o tribunal de contas poderá

- A julgar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública.
- B sustar o pagamento de despesa executiva irregular que possa causar dano irreparável à economia pública.
- C determinar o arresto de bens do investigado.
- D julgar as contas do presidente da República que tenham sido reprovadas.
- E solicitar que membro do tribunal de contas seja inquirido em local, dia e hora previamente ajustados.

**QUESTÃO 28**

As leis delegadas, elaboradas pelo presidente da República, são medidas que

- A serão apreciadas pelo Congresso Nacional — separadamente, em cada uma das casas que compõem esse órgão.
- B poderão ser estendidas para além do período da legislatura.
- C impedirão que o Congresso Nacional legisle acerca de matéria que já seja objeto de lei delegada.
- D poderão tratar dos planos plurianuais.
- E terão a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

**QUESTÃO 29**

O Tribunal de Contas da União é competente para

- A entregar os recursos dos fundos constitucionais de participação.
- B representar exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal em caso de desobediência a auditoria contábil de sua alçada.
- C fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- D julgar conflitos de atribuições entre tribunais de contas dos estados e a União.
- E criar tribunais de contas nos estados-membros.

**QUESTÃO 30**

A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

- A Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.
- B Ministério Público e advocacia pública.
- C Defensoria Pública e advocacia pública.
- D Ministério Público e Defensoria Pública.
- E advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.

**DIREITO FINANCEIRO****QUESTÃO 31**

Ao apreciar a legalidade do orçamento público, um auditor de contas identificou leis delegadas, decisões judiciais, medidas provisórias e resoluções do Senado Federal que versavam sobre orçamento público.

Nessa situação hipotética, o auditor deve

- A dispensar a jurisprudência orçamentária e aplicar as medidas provisórias.
- B ignorar o aspecto político das referidas normas financeiras.
- C fazer cumprir as leis delegadas e as medidas provisórias.
- D desconsiderar as medidas provisórias e aplicar as leis delegadas.
- E observar os limites fixados em resoluções do Senado Federal e considerar a jurisprudência orçamentária.

**QUESTÃO 32**

Considere que um empenho classificado como global tenha sido cancelado em decorrência de descumprimento de obrigação pelo fornecedor durante o último mês do mandato de determinado prefeito. A esse respeito, julgue os seguintes itens.

- I A motivação dada para o cancelamento do empenho é válida.
- II O cancelamento do empenho tem fundamento na conveniência administrativa.
- III No último mês do mandato de prefeito, é válido empenho em valor superior a um duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 33**

Fundo público criado por meio de lei ordinária, com dotação genérica e sem especificação dos gastos concretos de sua atuação, será analisado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais como

- A irregular, uma vez que a criação de fundo deve se dar por meio de lei complementar.
- B irregular quanto ao princípio da especificação, porque os fundos são exceção ao princípio da unidade de tesouraria.
- C regular, pois a criação, a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser determinados por lei ordinária.
- D regular, pois os fundos são exceção ao princípio da especificação e da unidade da tesouraria.
- E irregular, visto que os fundos devem obedecer ao princípio da especificação dos gastos.

**QUESTÃO 34**

Empréstimo tomado por ente federativo para atender a despesas de restos a pagar

- A pode ensejar intervenção federal se não ocorrer o pagamento da dívida no exercício seguinte.
- B é receita pública em sentido estrito.
- C aumenta a dívida pública fundada.
- D possui a mesma classificação da dívida para atender a depósitos de cauções.
- E integra a dívida de longo prazo.

**QUESTÃO 35**

O princípio do equilíbrio orçamentário

- A veda a consignação de dotação global.
- B permite flexibilização em momento de recessão econômica.
- C impede a existência de déficits públicos.
- D dispensa o estabelecimento de metas fiscais.
- E exige o planejamento de ações orçamentárias por meio de programas.

**QUESTÃO 36**

O controle financeiro e contábil exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

- A abrange aspectos operacionais e de cumprimento de metas.
- B ocorrerá apenas de forma concomitante ou subsequente ao ato impugnado.
- C abrange o mérito e a conveniência do ato impugnado no aspecto contábil.
- D não se submete às regras constitucionais previstas para o Tribunal de Contas da União.
- E poderá atingir somente as pessoas jurídicas e os servidores públicos.

**QUESTÃO 37**

Receita decorrente de *royalties* da exploração de gás natural e auferida por município de estado federado é classificada como

- A transferência corrente.
- B outras receitas correntes.
- C receita de serviços.
- D receita industrial.
- E receita patrimonial.

**QUESTÃO 38**

A classificação das receitas tributárias adotada pela Lei n.º 4.320/1964 abrange

- A receita oriunda de alienações de bens.
- B receita oriunda de contribuições de melhoria.
- C juros oriundos de operação de amortização de empréstimos.
- D receita oriunda de empréstimos compulsórios.
- E receita oriunda de contribuições especiais.

**QUESTÃO 39**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o rol de competências dos tribunais de contas abrange

- A a fiscalização dos limites da despesa de pessoal em relação à receita patrimonial.
- B a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão para fins de registro.
- C a realização de controle interno do Ministério Público.
- D a apreciação de concessão de reforma militar para fins de registro.
- E a função de alerta quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar metade do limite.

**QUESTÃO 40**

O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- A administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.
- B judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- C judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- D administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- E judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### QUESTÃO 41

Determinado município da Federação, ao instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição de melhoria, decorrente de obra pública, exerce, respectivamente,

- A competência residual e competência privativa.
- B competência privativa e competência residual.
- C competência comum e competência privativa.
- D competência privativa e competência comum.
- E competência comum e competência comum.

### QUESTÃO 42

Um estado da Federação atribuiu a função de arrecadar tributos de sua competência a ente privado.

Considerando-se essa situação hipotética bem como a doutrina e o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que o tribunal de contas local deverá julgar que o referido ato foi

- A legal, porque se admite a transferência da atribuição de arrecadar para entidade privada.
- B ilegal, mas a revogação do ato só poderá ser realizada bilateralmente para garantir a segurança jurídica.
- C ilegal, porque é vedada a delegação de competência tributária.
- D legal, porque o ente privado passou a ser sujeito ativo direto.
- E legal, porque o ente privado pode deter competência tributária.

### QUESTÃO 43

O Tribunal de Contas do Estado verificou que determinado estado da Federação deixou de recolher imposto sobre doação a filhos menores, embora a legislação considere o donatário como contribuinte.

Nessa situação hipotética, os pais

- A terão responsabilidade pessoal.
- B terão responsabilidade por substituição.
- C terão responsabilidade solidária.
- D não serão responsáveis tributários.
- E terão responsabilidade subsidiária.

### QUESTÃO 44

Um auditor de contas verificou que lei tributária havia entrado em vigência quando o fato gerador teve início, mas que este ainda não havia sido concluído.

Nessa situação hipotética, conforme o CTN,

- A deverá ser aplicada a legislação tributária se esta impuser pena menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da prática do ato, desde que a nova lei seja expressamente interpretativa.
- B deverá ser aplicada a lei tributária em razão da omissão legal quanto ao tratamento dado aos fatos geradores pendentes.
- C deverá ser aplicada a legislação tributária imediatamente, mesmo que não se trate de lei interpretativa.
- D não deverá ser aplicada a lei tributária, que se impõe exclusivamente para fatos geradores futuros.
- E deverá ser aplicada a legislação tributária somente se se tratar de lei interpretativa.

### QUESTÃO 45

No que se refere à periodicidade, o IPVA e o ICMS possuem, respectivamente, fato gerador classificado como

- A continuado e instantâneo.
- B instantâneo e continuado.
- C complexo e instantâneo.
- D continuado e complexo.
- E instantâneo e complexo.

### QUESTÃO 46

Um auditor de contas verificou que determinados municípios estavam deixando de auferir receita de ITBI em operações nas quais imóveis eram incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas, mas para uso próprio de particulares, o que ocorria com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CTN,

- A a autoridade administrativa poderá desconsiderar o referido negócio jurídico e realizar a exação tributária.
- B não há previsão legal para a autoridade administrativa desconsiderar o negócio jurídico realizado.
- C não será possível realizar a exação do ITBI, haja vista a inoccurrence do fato gerador.
- D somente decisão judicial poderá desconsiderar o negócio jurídico e determinar a exação tributária.
- E a decisão judicial não poderá desconsiderar o referido negócio jurídico em respeito ao ato jurídico perfeito.

### QUESTÃO 47

Acerca da natureza jurídica das exações, as cobranças de valores para sepultamento em cemitério municipal e para distribuição estadual de gás natural têm natureza jurídica

- A facultativa e compulsória, respectivamente.
- B compulsória em ambos os casos, porque essas cobranças decorrem de serviços públicos essenciais.
- C decorrente de contrato administrativo e de regime jurídico de direito público, respectivamente.
- D compulsória e decorrente de serviço público não essencial, respectivamente.
- E tributária e de preço público de cobrança compulsória, respectivamente.

### QUESTÃO 48

Um contribuinte pretende compensar parcialmente tributo municipal com valores reconhecidos como repetição de indébito tributário municipal em sentença declaratória transitada em julgado.

Nos termos do CTN e à luz da doutrina, essa compensação

- A é regida pelas normas previstas no Código Civil.
- B poderá ocorrer mesmo que o valor devido ao particular for vincendo.
- C poderá ocorrer com créditos judiciais ainda não liquidados.
- D é hipótese de exclusão do crédito tributário.
- E amortizará primeiro os juros e depois o débito principal da obrigação tributária.

**QUESTÃO 49**

Determinado estado da Federação, ao inscrever crédito em dívida ativa tributária, indicou o valor de tributo estadual sem apresentar a forma de calcular os juros de mora.

Nos termos do CTN, essa certidão de dívida ativa

- A** será válida, por não ser requisito obrigatório.
- B** terá presunção absoluta, e eventual erro deverá ser impugnado por ação judicial.
- C** será válida, uma vez que a forma de cálculo tem previsão em lei estadual.
- D** será nula, mas poderá ser substituída até a decisão judicial de primeira instância.
- E** será ilíquida, caso os juros de mora decorrentes do crédito tributário não estejam fluindo.

**QUESTÃO 50**

O estado de Minas Gerais poderá expedir certidão positiva de débito com efeitos de negativa no caso de

- A** haver moratória revogada e créditos não vencidos.
- B** estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora e haver remissão.
- C** haver anistia e isenção.
- D** haver créditos não vencidos e parcelamento.
- E** haver créditos vencidos e estar em curso execução fiscal em que tenha sido efetivada a penhora.

Espaço livre

## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

### AUDITORIA E ANÁLISES DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

#### QUESTÃO 51

As vantagens de utilização do indicador de valor econômico agregado, que tem por objetivo mensurar a possibilidade de determinado investimento gerar ganhos reais para acionistas e credores, incluem o(a)

- A emprego de um método avaliativo criado a partir de fundamentos teóricos nunca antes usados.
- B estímulo à realização de investimentos crescentes.
- C avaliação favorável de empresas com elevado percentual de capital intelectual.
- D viabilidade de avaliação correta de empresas recém-constituídas.
- E avaliação de desempenho de empresas na compra e venda de ações.

#### QUESTÃO 52

Se, em certo momento do exercício financeiro, os estoques de determinada empresa estiverem obsoletos e não representarem com fidelidade os saldos apresentados nas demonstrações contábeis, o indicador para demonstrar corretamente a tendência da empresa de cumprir, ou não, suas obrigações de curto prazo é o indicador de liquidez

- A do endividamento.
- B imediata.
- C corrente.
- D seca.
- E geral.

#### QUESTÃO 53

A principal característica da análise horizontal das demonstrações financeiras de uma empresa é

- A ser calculada como percentual de determinada conta em relação a um valor-base.
- B comparar as posições da empresa com outros padrões do seu ramo de atuação.
- C demonstrar a proporção das fontes e das aplicações de recursos da empresa.
- D avaliar a situação da empresa independentemente das alterações inflacionárias.
- E medir a evolução das contas, o que permite avaliar tendências futuras.

#### QUESTÃO 54

O auditor independente que, ao realizar trabalho de asseguarção em determinada entidade, verificar que os efeitos ou possíveis efeitos de distorções são relevantes, mas não generalizados, deverá emitir conclusão

- A com ressalvas.
- B pela abstenção.
- C adversa.
- D favorável.
- E pela retirada do trabalho.

#### QUESTÃO 55

Determinado trabalho de um auditor consiste em examinar as demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros, com o objetivo de expressar sua opinião, materializada em relatório de auditoria, acerca da adequação desses demonstrativos em relação aos princípios de contabilidade. Nesse caso, o trabalho realizado pelo auditor denomina-se auditoria

- A contábil.
- B de regularidade.
- C de cumprimento legal.
- D operacional.
- E patrimonial.

#### QUESTÃO 56

A informação encontrada por profissional de auditoria governamental no curso dos trabalhos de auditoria e que sirva tão somente como auxiliar para o alcance das conclusões de auditoria é denominada informação

- A fidedigna.
- B suficiente.
- C material.
- D útil.
- E relevante.

#### QUESTÃO 57

Ao estabelecer a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria, o auditor poderá ignorar

- A a natureza e a extensão das exceções identificadas.
- B os riscos de distorção relevantes identificados.
- C o tamanho e a complexidade da entidade.
- D a metodologia de auditoria utilizada.
- E a quantidade de sócios da entidade auditada.

#### QUESTÃO 58

Antes de iniciar a etapa de planejamento de determinada auditoria, o auditor deve

- A definir o envolvimento de especialistas.
- B estabelecer o entendimento dos termos do trabalho.
- C definir os procedimentos analíticos a serem aplicados.
- D obter entendimento global da entidade a ser auditada.
- E determinar a materialidade do objeto de auditoria.

#### QUESTÃO 59

Se, ao investigar flutuações e relações identificadas, o auditor concluir que elas são inconsistentes com outras informações relevantes, essa investigação caracterizará o procedimento de auditoria denominado

- A reexecução.
- B confirmação externa.
- C inspeção.
- D observação.
- E procedimento analítico.

**QUESTÃO 60**

Se determinado auditor examinar demonstrações contábeis que, em sua opinião, não atinjam uma apresentação adequada, embora estejam de acordo com os requisitos de apresentação das normas técnicas, ele deverá

- Ⓐ ignorar a forma de apresentação.
- Ⓑ abster-se de emitir sua opinião.
- Ⓒ expressar opinião não modificada.
- Ⓓ concluir pela existência de distorções relevantes.
- Ⓔ consultar a administração da entidade e, se necessário, modificar sua opinião.

## CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE PÚBLICA

**QUESTÃO 61**

As tabelas a seguir apresentam as movimentações patrimoniais relativas aos meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 de uma sociedade empresária que utiliza o regime de competência contábil.

pagamento		
data	despesa relativa a	valor (R\$)
janeiro de 2018	dezembro de 2017	43.000
dezembro de 2017	janeiro de 2018	84.000
dezembro de 2017	dezembro de 2017	47.000

recebimento		
data	receita de	valor (R\$)
janeiro de 2018	venda relativa a dezembro de 2017	77.000
dezembro de 2017	serviços prestados em janeiro de 2018	48.000
dezembro de 2017	venda relativa a dezembro de 2017	39.000

Desconsiderados eventuais tributos incidentes e encargos financeiros incorridos, as transações constantes das tabelas precedentes indicam que, no mês de dezembro de 2017, houve

- Ⓐ prejuízo superior a R\$ 25.000 e inferior a R\$ 40.000.
- Ⓑ lucro superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.
- Ⓒ lucro superior a R\$ 20.000 e inferior a R\$ 30.000.
- Ⓓ prejuízo inferior a R\$ 10.000.
- Ⓔ prejuízo superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 25.000.

**QUESTÃO 62**

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a apuração do valor realizável líquido do estoque de produtos semiacabados em uma sociedade empresária industrial, basta que sejam deduzidas da receita de venda estimada no curso normal dos negócios as despesas estimadas para a venda e o

- Ⓐ montante de custos gerais para acabamento.
- Ⓑ custo total estimado para a conclusão do produto.
- Ⓒ valor de mercado dos insumos envolvidos na produção.
- Ⓓ valor dos custos diretos necessários à conclusão do estoque.
- Ⓔ custo de oportunidade do negócio.

**QUESTÃO 63**

Determinada sociedade adquiriu, por R\$ 180.000, um equipamento, que ficou disponível para uso em condições operacionais em 2/1/2008. Sabe-se que:

- a vida útil do bem foi estimada em 10 anos;
- a empresa costuma constituir um valor residual de 10% para todos os seus equipamentos e utilizar o método linear para a aplicação da depreciação;
- ao final do oitavo ano de utilização do equipamento, a empresa constatou que a venda do bem geraria um caixa líquido de R\$ 50.000;
- a empresa constatou também, ao final do oitavo ano de utilização do bem, que o equipamento, se continuar em operação, gerará retornos líquidos de caixa de R\$ 38.000.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) — redução ao valor recuperável de ativos —, ao final do oitavo ano de utilização do bem, a empresa deverá constituir uma provisão para perda de valor recuperável

- Ⓐ superior a R\$ 10.000 e inferior a R\$ 20.000.
- Ⓑ superior a R\$ 20.000.
- Ⓒ inferior a R\$ 1.000.
- Ⓓ superior a R\$ 1.000 e inferior a R\$ 5.000.
- Ⓔ superior a R\$ 5.000 e inferior a R\$ 10.000.

**QUESTÃO 64**

A tabela a seguir apresenta as contas e os respectivos saldos, em reais, do patrimônio líquido de uma empresa, ao final de certo exercício.

capital subscrito	1.000.000
capital a integralizar	250.000
reserva de ágio em ações	15.000
reserva legal	100.000
reserva para contingências	50.000
ajuste de avaliação patrimonial	75.000
prejuízos acumulados	5.000
ações em tesouraria	25.000

Considerando-se que os instrumentos financeiros com reconhecimento do valor justo no patrimônio líquido tenham apresentado desvalorização no período, é correto afirmar que o patrimônio líquido dessa empresa é igual a

- Ⓐ R\$ 860.000.
- Ⓑ R\$ 960.000.
- Ⓒ R\$ 1.510.000.
- Ⓓ R\$ 710.000.
- Ⓔ R\$ 810.000.

**QUESTÃO 65**

O balanço patrimonial comparativo de determinada empresa apresentava os seguintes saldos, em reais, nas contas ativas e passivas, ao final do ano 20X1.

	20X0	20X1
caixa	1.500	2.300
duplicatas	500	1.000
estoques	1.000	1.500
móveis	1.200	1.500
depreciação	200	320
terrenos	2.000	3.000
participações	500	2.640
fornecedores	1.000	2.000
empréstimos	1.000	1.470
imposto de renda	0	1.050
capital	4.500	6.000
reservas de lucros	0	1.100

Com base nessas informações, é correto afirmar que o fluxo de caixa das atividades operacionais apurado pelo método indireto

- A** gerou R\$ 3.120 em caixa.
- B** gerou R\$ 1.120 em caixa.
- C** consumiu R\$ 3.440 em caixa.
- D** consumiu R\$ 3.120 em caixa.
- E** gerou R\$ 3.440 em caixa.

**QUESTÃO 66**

Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.

- I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.
- II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.
- III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 67**

Com relação a procedimentos contábeis diversos, julgue os itens seguintes.

- I Uma sociedade deve registrar uma provisão sempre que, em função de seu compromisso público e de sua reputação, for exigível um sacrifício de bens que possam gerar benefícios econômicos para ela, ainda que não haja legislação ou compromisso contratual que a obrigue a fazê-lo.
- II Na demonstração de resultado do período, contas como custo da mercadoria ou dos produtos vendidos, despesas administrativas, despesas comerciais e despesas financeiras constituem despesas denominadas em conformidade com sua natureza.
- III A demonstração de mutações do patrimônio líquido não é obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, apesar da relevância dessa demonstração para o entendimento de fatos que possam modificar o patrimônio social de uma empresa em dado período.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 68**

Uma empresa pretende vender um de seus equipamentos industriais usados a outra empresa do mercado, pelo valor de R\$ 399.300, a ser recebido em parcela única dois anos exatos após a venda. A taxa de juros implícita da operação é de 10% ao ano.

Nessa situação hipotética, no momento da venda em questão, a empresa deve contabilizar

- A** uma receita de juros inferior a R\$ 70.000.
- B** um valor superior a R\$ 360.000 como contas a receber.
- C** uma receita de R\$ 400.000 pela venda do imobilizado.
- D** um valor de juros a transcorrer superior a R\$ 70.000.
- E** um valor a receber inferior a R\$ 350.000.

**QUESTÃO 69**

A seguir, são apresentadas funções de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- I demonstrar receitas e despesas previstas em comparação com as realizadas
- II evidenciar a movimentação financeira e apresentar o resultado da entidade
- III apresentar as alterações verificadas no patrimônio e o resultado decorrente da comparação de variações aumentativas e diminutivas
- IV descrever a evolução/involução do patrimônio da entidade

Assinale a opção que relaciona corretamente cada função descrita com a respectiva demonstração contábil indicada.

- A** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – demonstração das variações patrimoniais; IV – demonstração das mutações do patrimônio líquido
- B** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – demonstração das mutações patrimoniais; IV – demonstração das variações patrimoniais
- C** I – balanço orçamentário; II – balanço financeiro; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das variações patrimoniais
- D** I – balanço financeiro; II – balanço orçamentário; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das mutações do patrimônio líquido
- E** I – balanço financeiro; II – balanço orçamentário; III – balanço patrimonial; IV – demonstração das variações patrimoniais

**QUESTÃO 70**

O prefeito de um município declarou calamidade pública em decorrência de danos causados por fortes chuvas. Milhares de pessoas desabrigadas foram alojadas em um ginásio de esportes, e o prefeito comprometeu-se a providenciar colchões, cobertores e mantimentos, mesmo sabendo que não havia dotação orçamentária para cobrir esse tipo de despesa.

Nessa situação hipotética, para atender à demanda da população e adquirir os referidos bens e mantimentos para amparo às vítimas, o prefeito deverá solicitar

- A** abertura de créditos especiais para calamidade pública, utilizados para atendimento de despesas não previstas.
- B** abertura de créditos extraordinários com a finalidade de atender despesas urgentes, que independem de disponibilidade prévia de recursos.
- C** abertura de créditos adicionais, cuja disponibilização para uso dependerá de aprovação dos vereadores do município.
- D** recursos orçamentários ao governo federal, em decorrência da situação de calamidade pública.
- E** abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária inexistente.

**QUESTÃO 71**

Julgue os itens a seguir, a respeito de operações de crédito.

- I Nem toda operação de crédito realizada pelo Estado é representada pelo ingresso de recursos financeiros.
- II O recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens é uma operação de crédito.
- III As obrigações financeiras assumidas em decorrência da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos é uma operação de crédito mobiliária.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Espaço livre

**QUESTÃO 72**

A tabela a seguir é parte de um documento destinado à prestação de contas de um ente federativo. O documento foi submetido à análise de um auditor, que identificou incorreções nos dados prestados.

**receitas e despesas orçamentárias (em R\$)**

<b>despesas correntes</b>	
peçoal e encargos	740.000
aquisição de materiais de consumo	12.000
manutenção de equipamentos	64.000
diárias	8.000
aquisição de <i>softwares</i>	28.000
<b>total de despesas correntes</b>	<b>852.000</b>
<b>despesas de capital</b>	
reformas e obras	102.000
aquisição de computadores	55.000
amortização de empréstimos	43.000
<b>total de despesas de capital</b>	<b>200.000</b>
<b>receitas correntes</b>	
imposto sobre serviços de qualquer natureza	226.000
taxas de prestação de serviços	18.000
produção animal e derivados	32.000
transferências da União	500.000
dívida ativa tributária	110.000
<b>total de receitas correntes</b>	<b>886.000</b>
<b>receitas de capital</b>	
operações de crédito	110.000
alienação de móveis	8.000
receita imobiliária	48.000
<b>total de receitas de capital</b>	<b>166.000</b>

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que a tabela poderá ser corrigida mediante a

- A** reclassificação da amortização de empréstimos como despesa corrente.
- B** reclassificação da aquisição de materiais de consumo como despesa de capital.
- C** reclassificação da dívida ativa tributária como receita de capital e a reclassificação da receita imobiliária como receita corrente.
- D** revisão dos valores de despesas de capital, que não podem suplantar as receitas de mesma classificação.
- E** reclassificação da aquisição de *softwares* como despesa de capital e a reclassificação da receita imobiliária como receita corrente.

**QUESTÃO 73**

Uma entidade pública realizou operação de arrendamento mercantil financeiro de um ativo tangível. O gestor contábil interpretou a operação como direito cedido por meio de contrato de licenciamento e contabilizou o fato como ativo intangível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica a característica qualitativa da informação violada pela entidade quando da publicação dos relatórios contábeis.

- A** compreensibilidade
- B** tempestividade
- C** imparcialidade
- D** relevância
- E** representação fidedigna

**QUESTÃO 74**

A tabela seguinte refere-se a itens comprados em procedimento licitatório realizado por uma entidade pública. Todos os itens foram postos em funcionamento no dia 2/1/20X7.

item	quantidade	valor unitário (em R\$)	custo unitário para pôr o ativo em funcionamento (em R\$)	tempo de vida estimado (em anos)
computador	10	3.000	500	4
impressora	5	800	não há	4
copiadora	2	10.000	não há	5

Considerando as informações precedentes e os dispositivos da contabilidade para entidades públicas quanto ao registro da depreciação pelo método de cotas constantes, assinale a opção correta.

- A** A despesa anual de depreciação, que deve ser contabilizada com o mesmo valor todos os anos, corresponde a R\$ 13.750.
- B** A depreciação acumulada dos ativos, ao final do terceiro ano, será inferior a 75% do valor total das aquisições.
- C** O valor contábil dos ativos descritos no balanço patrimonial de 31/12/20X7 corresponde a R\$ 59.000.
- D** Ao final do exercício de 20X7, o valor da despesa de depreciação descrita no ativo imobilizado corresponderá a R\$ 13.550.
- E** O valor total da despesa de depreciação, ao final do exercício de 20X8, corresponderá a R\$ 25.000.

**QUESTÃO 75**

A tabela a seguir apresenta entradas e saídas de recursos pertencentes a um ente federativo municipal, em certo exercício financeiro.

ingressos de recursos (em R\$)	
operações de crédito	180.000
alienação de bens móveis	40.000
transferências correntes	400.000
impostos	600.000
taxas de prestação de serviços	25.000
transferência da União para aquisição de ativo não circulante	100.000
saídas de recursos (em R\$)	
peçoal e encargos	450.000
amortização da dívida	130.000
aquisição de ativo não circulante	280.000
juros	50.000
fornecedores de materiais de consumo	150.000
fornecedores de suprimentos hospitalares	180.000

O prefeito do município questionou o gestor contábil quanto ao fluxo de caixa operacional decorrente das contas do município, e este lhe informou que a prefeitura havia gerado um fluxo de R\$ 170.000, valor que, segundo o gestor, foi obtido após a soma dos valores referentes a transferências correntes e impostos deduzidos do somatório de pessoal e encargos, juros, fornecedores de materiais de consumo e fornecedores de materiais hospitalares.

Nessa situação hipotética, o gestor contábil apresentou ao prefeito uma informação incorreta, pois a prefeitura

- A** gerou, na realidade, R\$ 65.000, dado que amortização de dívida é uma conta de fluxo operacional.
- B** gerou R\$ 245.000, uma vez que pagamento de juros é conta de fluxo de financiamento e, portanto, não deve ser contabilizado como operacional.
- C** consumiu R\$ 85.000, visto que a aquisição de ativos não circulantes necessários ao funcionamento da prefeitura deve ser contabilizada como atividade operacional.
- D** gerou um caixa de R\$ 195.000, visto que o valor referente à receita de taxas de prestação de serviços compõe o fluxo operacional.
- E** consumiu R\$ 195.000 de caixa.

**QUESTÃO 76**

Um hospital público adquiriu um equipamento para radiologia e diagnóstico por imagem. Os dados relativos à compra são os seguintes:

- data de aquisição: 31/12/20X4;
- valor de compra: R\$ 920.000;
- vida útil estimada: 10 anos;
- valor residual previsto ao fim de 10 anos: R\$ 20.000.

Ao final do exercício de 20X7, após contabilização da depreciação, a entidade realizou teste de recuperabilidade em razão de evidências de que o desempenho do serviço do ativo poderá ser pior que o esperado. Identificou-se que o valor justo do equipamento hospitalar, deduzido de custos para comercialização, era R\$ 610.000, e que o valor de uso era R\$ 600.000.

Considerando essas informações, o gestor contábil deverá contabilizar uma perda por recuperabilidade no valor de

- A** R\$ 30.000.
- B** R\$ 24.000.
- C** R\$ 20.000.
- D** R\$ 14.000.
- E** R\$ 34.000.

**QUESTÃO 77**

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal adota como metodologia de cálculo o que a Secretaria do Tesouro Nacional denomina de custo direto. A base de cálculo para a mensuração do custo direto, que subsidia decisões gerenciais, inclui, entre outros, os custos correspondentes a

- A** pessoal ativo e inativo.
- B** investimentos, pessoal ativo e juros.
- C** aquisição de ativos, material de consumo e pessoal ativo.
- D** despesas de capital e pessoal ativo.
- E** despesas de capital e despesas correntes.

**QUESTÃO 78**

O orçamento que se caracteriza por apresentar propósitos para os créditos orçamentários solicitados, os custos necessários para o alcance de tais propósitos e informações quantitativas que mensurem os resultados é denominado

- A** orçamento por objeto.
- B** orçamento por desempenho.
- C** orçamento base-zero.
- D** orçamento funcional-programático.
- E** orçamento participativo.

**QUESTÃO 79**

A fim de proceder à correta elaboração de relatórios financeiros, o gestor de uma entidade pública solicitou ao departamento jurídico informações sobre a existência de eventos resultantes de obrigações presentes decorrentes de eventos passados em que as probabilidades de saída de recurso tivessem sido classificadas como prováveis e remotas. Em resposta, o gestor recebeu a seguinte tabela.

natureza do evento jurídico	saída de recurso	confiabilidade da mensuração	valor estimado (em R\$)
trabalhista	provável	estimativas confiáveis	250.000
fiscal	provável	estimativas confiáveis	100.000
fiscal	remota	estimativas confiáveis	420.000
cível	remota	estimativas não confiáveis	230.000
ambiental	provável	estimativas não confiáveis	180.000

Considerando essas informações, o gestor deverá reconhecer e evidenciar na conta de provisões um montante igual a

- A R\$ 770.000.
- B R\$ 950.000.
- C R\$ 1.180.000.
- D R\$ 250.000.
- E R\$ 350.000.

**QUESTÃO 80**

O instrumento de sistematização da ação de governo que é mensurado por indicadores estipulados no plano plurianual e que visa ao alcance de objetivos propostos é denominado

- A projeto.
- B atividade.
- C operação especial.
- D programa.
- E categoria de programação.

**CONTROLE EXTERNO****QUESTÃO 81**

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- B anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- C revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- D anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- E anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.

**QUESTÃO 82**

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.
- B Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.
- C Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.
- D Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- E Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.

**QUESTÃO 83**

O controle externo da administração pública

- A é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- B pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- C pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- D é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.
- E avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

**QUESTÃO 84**

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- B promover a consolidação das contas nacionais.
- C elaborar e executar a programação financeira da União.
- D apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- E sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

**QUESTÃO 85**

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A interno.
- B prévio.
- C administrativo.
- D parlamentar.
- E judicial.

**QUESTÃO 86**

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.
- B É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- C O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- D A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- E O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

**QUESTÃO 87**

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.
- B abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- C compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- D é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- E abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.

**QUESTÃO 88**

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.
- B um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- C peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- D emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- E peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.

**QUESTÃO 89**

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A fiscalização hierárquica.
- B pedido de reconsideração.
- C reclamação.
- D recurso administrativo.
- E representação.

**QUESTÃO 90**

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adular algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- B à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- C à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- D à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- E à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.

**QUESTÃO 91**

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A à Advocacia-Geral da União (AGU).
- B à Defensoria Pública da União (DPU).
- C ao Congresso Nacional.
- D à Controladoria-Geral da União (CGU).
- E ao Tribunal de Contas da União (TCU).

**QUESTÃO 92**

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- B comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- C evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- D venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.
- E expressem inexistência dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.

**QUESTÃO 93**

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 94**

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.
- B são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- D são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.

**QUESTÃO 95**

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.
- B O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- C A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- D O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- E O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.

**QUESTÃO 96**

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A diretor-geral do TCE/MG.
- B corregedor do TCE/MG.
- C plenário do TCE/MG.
- D presidente do TCE/MG.
- E secretário-geral do TCE/MG.

Espaço livre

**QUESTÃO 97**

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** juízes de última instância.
- B** procuradores do Ministério Público Federal.
- C** secretários estaduais.
- D** desembargadores.
- E** ministros do STJ.

**QUESTÃO 98**

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** suspensão dos direitos políticos.
- B** perda dos direitos políticos.
- C** declaração de inelegibilidade.
- D** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- E** perda de bens na quantia do débito.

**QUESTÃO 99**

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** resolução.
- B** parecer.
- C** acórdão.
- D** provimento.
- E** instrução.

**QUESTÃO 100**

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.